

DAS ILHAS À CIDADE - A UNIVERSIDADE INVISÍVEL: a longa trajetória para a escolha do local a ser construída a cidade universitária da Universidade do Brasil (1935-1945)

Antonio José Barbosa de Oliveira ¹
(SiBI/Sistema de Bibliotecas e Informação - UFRJ)

RESUMO

Foram necessários quatro séculos de história para surgirem, no Brasil, nossas universidades. A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira universidade federal do país, foi criada em 1920. Dos debates iniciais para a definição do local à efetivação das obras, daquele que seria nosso primeiro modelo de Cidade Universitária, passaram-se mais de 50 anos. Constituída em 1935, pelo ministro Gustavo Capanema, a Comissão de Estudos do Plano da URJ teve em sua composição renomados professores, encarregados de definirem, não somente o tipo de campus, mas o próprio modelo de universidade a ser implantada no Brasil.

Palavras-chave: história do Brasil – universidade – educação – campus – cidade universitária

ABSTRACT

The first Brazilian universities were created at the beginning of the 20th century. It thus looks at least four centuries of history before the University of Rio de Janeiro (URJ) was founded, in 1920. However, it would take more fifty years for the university campus to be established and conceived as “Cidade Universitária”. Only in 1935, that a committee, named the Estudos do Plano da URJ, composed of Minister Gustavo Capanema and some other noted professors, was established to define the type of university to be developed in Brazil.

Key-words: history of Brazil – university – education- campus – university city

¹ Antonio José Barbosa de Oliveira é Mestre em História Comparada pelo IFCS, Universidade do Brasil UFRJ.

E-mail: antoniojose@sibi.ufrj.br

O Ideal de Cidade Universitária

As milhares de pessoas que circulam, diariamente, pela Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, não imaginam a longa história que se desenrolou, por quase três décadas, para a sua construção. Ainda nos anos trinta, longas foram as discussões para a definição do local onde o campus seria construído. Nestas discussões, os mais diversos e díspares locais foram cogitados: Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Lagoa Rodrigo de Freitas, Niterói, Vila Valqueire e Mangueiros foram alguns dos “concorrentes” na disputada escolha. Causa espanto que esta recente história seja de tantos desconhecida, embora haja vasto material para pesquisas, distribuídos de forma dispersa, pelos diversos centros e unidades da Universidade.

Por ser desconhecida a história da construção do campus, o senso comum – presente, inclusive, no meio acadêmico – atribui à obra características que a ligam somente às políticas e táticas implementadas pelo regime militar, nas décadas de 1960 e 1970. São comuns os argumentos que sustentam a tese de que a forma adotada, especialmente, para a instalação dos diversos centros, ou seja, o grande distanciamento entre estes e a “frieza” reinante no campus, decorrente dos vazios existentes, seriam características principais da cidade universitária da Ilha do Fundão e denotariam intenções claras dos governos militares. Nesta perspectiva, a cidade universitária da Ilha do Fundão é vista somente como uma construção intencional que levasse ao enfraquecimento do movimento estudantil e da própria instituição universitária, através de um “isolacionismo” premeditado. Os que assim pensam, desconsideram (ou desconhecem) as intenções daqueles que a projetaram bem como a distribuição espacial, previstas nos projetos originais, datados dos anos de 1950. Desta forma, as idéias esparsas que se tem a respeito da construção consideram, somente, um dado período – década de 60 – e desconsiderando um outro, que lhe é anterior e substancialmente rico, que esconde importantes conhecimentos a respeito das intenções e expectativas que aquela grandiosa obra despertava, bem como aspectos contraditórios da própria organização da instituição universitária em nosso país.

Pioneira e modelar para as demais universidades, já criadas ou que viessem a sê-lo, a construção da cidade universitária da Universidade do Brasil ocupou, sistematicamente, espaços nos mais diversos jornais cariocas por, pelo menos, duas décadas. Tal espaço foi conquistado, durante um período (anos de 1950), pela sua grandiosidade e pelos

benefícios que traria ao moderno ensino universitário do país e em outro período, menos grandioso (toda a década de 1960), pelas sucessivas interrupções e paralisações, que fizeram da futura cidade universitária uma “cidade fantasma”. Em jornais cariocas como O Globo, O Popular, A Manhã, Jornal do Comércio, Diário do Povo, O Nacional e A Noite, o tema da construção da cidade universitária foi manchete em diversas edições.

No conceito de universidade que se tinha, já nos anos 30, era consenso entre autoridades políticas e acadêmicas a opinião de que faltava à universidade, no Brasil, um corpo que, unindo espacialmente seus centros, viesse finalmente possibilitar a existência do espírito universitário, ainda inexistente na época. Além disso, as faculdades e institutos, que foram sendo incorporados à universidade, funcionavam precariamente, com instalações inadequadas, espaços insuficientes para alunos e inexistência de laboratórios para a prática da pesquisa, aspecto fundamental na produção de novos conhecimentos. Pretendia, a universidade, constituir-se não somente num espaço de transmissão de saberes, como também em pólo de produção de novos conhecimentos, padrões culturais e tecnologias, num momento em que o Estado brasileiro procura desenvolver-se industrialmente. Sem condições materiais adequadas e sistematizadas, seria a universidade apenas uma expressão burocrática.

A adoção do modelo de centralização das universidades, através do ideal de cidade universitária, baseava-se nos seguintes argumentos : a) centralização das fontes bibliográficas, já que diversas tinham caráter múltiplo, interessando a várias unidades de ensino; b) reconhecimento de que o ensino não pode deixar de ser aliado à pesquisa científica e, nestas condições, é indispensável o intercâmbio entre professores; c) conveniência de intercâmbio entre estudantes como único meio de formar-se o espírito universitário; d) vantagem de intercâmbio de material científico; e) possibilidade de centralização de alguns serviços, hoje duplicados ou multiplicados, como por exemplo: no Instituto de Matemática, de Astronomia e de Física poderiam ser feitos todos os cursos de Física e Matemática da Universidade sendo criada, nestes casos, uma grande organização com aparelhamento necessário, de custo elevadíssimo; f) centralização do esporte. Os jovens, justamente quando estão no período da educação superior e também em função dos horários de estudo, têm mais necessidade de esporte, assim os esportes seriam conduzidos e coordenados pela Escola de Educação Física e pelo Departamento de Biotipologia, conhecido também como Ciência da Individualidade; e g) possibilidade de maior ação da Reitoria.

Em 1930, antes mesmo de Capanema chegar ao Ministério da Educação e Saúde, o urbanista francês Alfred Agache apresentou seu plano de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, onde já se encontrava registrada a área da Praia Vermelha como local propício a sediar a cidade universitária, ainda a ser construída. Sobre os motivos justificadores para a escolha, argumentava Agache sobre as condições favoráveis:

proximidades e comunicações fáceis com o centro da cidade, permanecendo, ao mesmo tempo, afastados do barulho e do tráfego em consequência da configuração topográfica dos sítios; benefícios de uma situação pitoresca maravilhosa ao pé do Pão de Assucar, aproveitando os esportes náuticos oferecidos pelo oceano e a baía, terão à sua disposição exclusiva uma praia que ocupa um dos mais belos recantos da margem e são, além disso, favorecidos pela constante frescura proveniente da correnteza de ar que passa entre o morro da Babilônia e o penedo da Urca. [sic] (CHAVES, 2002).

Foi durante o período em que Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, mais precisamente entre 1934 e 1945, que a consciência da necessidade de um campus para a universidade tornou-se mais presente. Já em 13 de maio de 1935, reconhecendo que as instalações dos institutos, além de inadequadas e mal adaptadas, eram distantes umas das outras, Capanema envia carta ao Ministro da Agricultura, declarando sua intenção inicial de construir a cidade universitária na Praia Vermelha. Para tal, envia carta a 15 de junho, do mesmo ano, ao diretor do Hospício Psiquiátrico, comunicando-lhe da intenção de mudança de localização daquela instituição e aproveitamento da área para a construção da cidade universitária. O ministro declara, ainda, sua intenção de obter também os terrenos compreendidos no triângulo formado entre a Rua do Túnel, Rua da Passagem e do Morro da Babilônia.

As Comissões encarregadas do Projeto: divergências ideológicas em confronto?

Em portaria de 19 de julho de 1935, Capanema mandou elaborar o “plano da futura Universidade Nacional” que viesse a permitir a instalação de sua cidade universitária. Para tal, designou uma comissão de professores incumbida de elaborar o plano de organização da “Universidade padrão dos institutos universitários brasileiros.” A comissão foi instalada em 22 de julho, tendo o próprio Capanema como Presidente da 1ª Sessão. Em discurso, afirmava “ser propósito do Governo, positivo e simples, fazer

uma Universidade que deixe de ser o que tem sido até hoje no Brasil: um postulado regulamentar, uma aspiração de lei. Quer que ela se converta em uma realidade viva, em uma comunidade escolar verdadeira. Para isso torna-se necessária a criação daquilo que hoje se tem chamado de uma cidade universitária. Portanto, a comissão vai elaborar as bases da Universidade...” (MELLO JR., 1985). Caberia à comissão conceituar a universidade, localizá-la espacialmente e , finalmente, projetar a sua construção. Inicialmente a Comissão foi composta pelos seguintes professores: Raul Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Juvenil da Rocha Vaz, professor da Faculdade Medicina; Philadelfo de Azevedo, professor da Faculdade de Direito; Inácio de Azevedo do Amaral; professor da Escola de Engenharia; José Carneiro Felipe, professor da Escola de Química; Flexa Ribeiro, professor da Escola Nacional de Belas- Artes; Antônio de Sá Pereira, professor do Instituto Nacional de Música; M.B Lourenço Filho, professor da Faculdade Nacional de Filosofia (ex-diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro); Edgar Roquette, ex-diretor do Museu Nacional; Ernesto de Souza Campos, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP); Jonathas Serrano, professor do Colégio Pedro II; e Newton Cavalcante, General do Exército (para o setor de esporte).

A Comissão deveria ser composta de pessoas que representassem todos os setores da cultura brasileira, sendo presidida pelo Reitor da Universidade do Rio de Janeiro. Todos os professores, exceto o Prof. Ernesto de Souza Campos, eram da própria Universidade. Na ata da sessão de sua instalação, já podemos observar as preocupações referentes à definição do padrão da universidade-modelo, bem como das características centrais da instituição universitária a consolidar-se.

O conceito de universidade, no momento presente, perdeu o sentido tradicional, mas não tomou, ainda, um sentido positivo e definitivo. Em meio desse desencontro de conceitos é preciso que firmemos, ainda que provisoriamente, o conceito que nos convém: o que devemos definir como universidade, o que devemos nella incluir, o que devemos nella excluir [grifos meus]. Feito esse conceito de universidade, no seu mais amplo sentido, a Comissão entrará a planejar a universidade, a localizá-la, a fazer o programa de sua estrutura completa. A Universidade a organizar deve ser completa no sentido de abranger tudo quanto uma Universidade possa conter. Admitte [o Presidente] a hypothese de que, pelo Brasil afora numerosas Universidades se façam menos perfeitas e sejam Universidades(...) Mas a

Universidade Central, a que quer ser a primeira na qualidade e o espelho das demais, precisa abranger tudo quanto deve entrar na estrutura universitária.(...)” (CHAVES,2002)

Ainda segundo a Comissão, o Governo não pretendia realizar uma obra gigantesca, que viesse a impressionar pelo grandioso e espetacular pretendendo, sim, consolidar uma estrutura modelar às demais instituições de ensino superior no país : “o que deseja fazer é uma obra modesta e singela, chã, que seja um padrão, mas ao alcance de nossas possibilidades. (...) Mesmo uma obra simples como esta, não pode ser obra de um governo, nem de uma geração ou de uma época. Uma Universidade é uma construção permanente. O Governo actual quer lançar as bases dessa Universidade.(...)” E sobre a capacidade, público alvo, localização e tamanho da Universidade, concordava-se que “não pode ser obra gigantesca. Ela [União] se contenta com o padrão, com a boa qualidade.(...) Será uma Universidade de matrícula limitada e de pequena capacidade.” A limitação, além de financeira, passava também pela questão espacial : inexistiam espaços físicos muito extensos para a construção do campus.

Ficou, assim, reforçada a opção inicial da Comissão pela construção no bairro da Urca, seguida pela região compreendida nas proximidades da Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão (entretanto, pode-se já observar o prenúncio das futuras discordâncias que serão travadas com a Comissão de Engenheiros e Arquitetos, a ser criada pelo próprio Ministro Capanema). Defendendo a opção pela construção da cidade universitária na Praia Vermelha, argumentava a Comissão de professores ser o Rio de Janeiro “uma cidade muito espalhada, muito povoada, onde as grandes áreas estão todas ocupadas. Construir a Universidade nos subúrbios é torná-la não procurada, é trair o seu destino. Ela se destina a ser um instituto de elite. Por isso deve ficar no centro, onde a população é mais densa e mais culta.”

Registre-se, também, a intenção inicial de constituir-se em centro para uma elite, já que se propõe a ser modelo às demais fatos, aliás, recorrente na história da Educação no Brasil que, até então, sempre havia privilegiado o ensino superior. Sobre os privilégios dados, historicamente, à Educação Superior no Brasil, defendia o Prof. Ernesto de Souza Campos que há quem pense que pela alfabetização tudo se resolve. Sem decurar este lado do problema, o nosso maior empenho deve ser o da formação das elites. Sem elas não poderemos, com eficiência, explorar, dirigir e fomentar nossas riquezas.

Considerem que os Estados Unidos, com 130 milhões de habitantes, tem quase 400 mil universitários. Com os nossos 40 milhões, estamos muito longe de alcançar os 30% que deveríamos ter para ficarmos no mesmo nível. A França, com quase a mesma população (42 milhões), tem 82 mil universitários. O Canadá, com 9 milhões, quase 35 mil e assim por diante. Que poderá fazer o Brasil se tiver toda a sua população alfabetizada, mas uma elite insuficiente? (CAMPOS,1940)

É importante frisarmos que esta concepção de educação superior como formadora de uma elite dirigente é compartilhada por educadores de diversas tendências ideológicas. Fernando de Azevedo, representante dos educadores liberais da Escola Nova, principal redator do manifesto dos Pioneiros da Educação e organizador da Universidade de São Paulo, também afirmava que “a preparação das elites intelectuais precedeu, sempre e em toda a parte, à instrução das massas e que não há salvação para a democracia, senão na escolha e pela escolha de capacidades.” (PILETTI, 2002)

Seriam características da Universidade central a qualidade, o tamanho reduzido e o fato de servir de modelo às demais, já que o Governo federal não se propunha, com o empreendimento, satisfazer as necessidades de ensino da Capital da República, e muito menos, do Brasil. Estas necessidades devem ser satisfeitas pelos poderes locais, daqui e dos Estados. O Governo se propõe a criar um instituto de demonstração do que venha a ser um bom ensino, um instituto de investigação cultural, de alto padrão, destinado a um pequeno número de alunos. Deve-se, portanto, começar a investigar, primeiro, quaes os estabelecimentos de ensino, quaes as escolas, quaes os cursos que devem fazer parte dessa Universidade. Ahi surge uma questão importante, dado o conceito diverso do que de Universidade se tem feito. Si ficamos na tradição européia, temos de excluir os cursos de engenharia e todos os demais cursos chamados technicos, firmando um conceito muito restricto. Si , porém, fôr adoptado o conceito americano, teremos de abranger muito mais cousas”.

Como elementos de auxílio, estudos e análises à Comissão de professores, Capenama criou, também, uma subcomissão que organizaria o Plano da Universidade. Esta subcomissão e o escritório técnico seriam compostos por arquitetos e engenheiros. As sessões das reuniões eram sempre presididas pelo próprio ministro Capanema. Em portaria de 17 de setembro de 1935, a comissão de professores passou a ser denominada Comissão de Estudos do Plano da Universidade e a subcomissão organizadora do Plano da Universidade, passou a ser Comissão de Organização do Plano da Universidade. Comissões especializadas, de caráter consultivo, foram também

necessárias, dada a complexidade da obra que deveria receber as faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Belas-Artes, Filosofia e Educação e Música. Nesta mesma portaria também surgiu um Escritório do Plano da Universidade, de caráter técnico, onde deveria funcionar uma comissão composta por arquitetos que cuidariam das questões pertinentes à parte construtiva dos projetos aprovados.

A existência de diversas comissões para um mesmo empreendimento já nos sinaliza os problemas que daí adviriam, uma vez que tais comissões eram formadas por professores, políticos, engenheiros e arquitetos, com diversas ideologias, interesses e posicionamentos políticos, muitas das vezes, antagônicos. Estas divergências não tardariam a manifestar-se através das diferentes visões que se tinham de universidade e, conseqüentemente, do campus que a abrigaria: “Não há empreendimento político que, por muito monolítico que possa parecer, não deixe de ser lugar de defrontações entre tendências e interesses divergentes.” (BOURDIEU, 2001)

Um arquiteto e um lugar para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil: nas pranchetas, as ideologias se materializam.

Em 13 de junho de 1935, Capanema enviou carta ao Prof. Aloysio Castro, Embaixador do Brasil em Roma, solicitando indicação de arquiteto para vir ao Brasil tratar de tão “relevante assunto”, cogitando o nome de Marcello Piacentini, arquiteto responsável pela construção da cidade universitária da Universidade de Roma e do prédio do Ministério da Aeronáutica da capital italiana. Faz referência também à existência de recursos para o início das obras, ainda naquele mesmo ano. Em correspondência de 24 de junho de 1935, o Secretário firmava as orientações que deveriam nortear as informações e negociações com Piacentini, ou seja, a intenção do Brasil em instalar, na capital, “um núcleo universitário verdadeiramente nacional, aberto aos brasileiros de todos os Estados”, que seria materializado no bairro da Praia Vermelha, onde deveria ser “levantada a futura cidade universitária, no molde das que já existem em alguns países, entre os quaes a Itália”. Para tal empreendimento, fazia-se necessária a presença de um “arquiteto especialista neste gênero de construção”, que fosse “não somente uma notabilidade de fama universal na matéria”, como também tivesse, ainda a seu lado, um corpo de técnicos-profissionais competentes, para levar a contento a empreitada. Reconhecendo que tal profissional inexistia no Brasil, recorria o Ministro à pessoa de Marcello Piacentini. Para tal, deveria a Secretaria de Relações

Exteriores empenhar-se no convite. O arquiteto deveria estar ciente da “seriedade com que o encara o Governo Federal, e a disposição em que está de dar ao referido Senhor, para a fiel execução do plano que se há de assentar, o mais decidido e completo apoio, fornecendo-lhe, para tanto, todas as facilidades ou recursos necessários.” Os trabalhos seriam imediatamente iniciados, já que o Governo Brasileiro tinha intenção de terminar a obra até o final do mandato, em 1938. Prevendo a possibilidade de compromissos outros por parte do arquiteto, Macedo Soares sugere que sejam consideradas as possibilidades de técnicos auxiliares a fim de permitirem a presença do arquiteto no Brasil por períodos específicos, não necessitando, assim, de sua permanência ininterrupta durante toda a obra.

Com relação ao Governo Italiano, deveriam ser reforçadas as vantagens do empreendimento, já que teria “alto e expressivo significado, para a Itália em geral, e do regime fascista, em particular, uma obra do vulto e da natureza da que se projecta levantar no Brasil, como a cidade universitária, traçada e executada pela mão de um architecto italiano”. Não haveria “melhor e mais duradoura propaganda para a cultura italiana no Brasil do que essa, que deverá impressionar não somente a geração actual dos nossos universitários, mas ainda as que de futuro virão, dado o character por assim dizer imperecível da futura cidade dos estudantes brasileiros”. O desejo pela presença de Marcello Piacentini é tão definida que, terminando o Despacho, Macedo Soares autoriza os interlocutores recorrerem, com o arquiteto, a quaisquer outros meios de persuasão “que viessem alcançar o fim desejado”.

O convite feito a Piacentini gerou contestações junto à comissão de arquitetos e engenheiros. O Presidente do Sindicato Nacional de Engenheiros, Sampaio Lacerda, encaminhou telegrama a Capanema, em 19 de julho de 1935, protestando contra o pedido do governo brasileiro para a autorização da vinda de Piacentini já que, no Brasil, existiam “técnicos nacionais capazes de realizarem tal projeto, honrando qualquer nação”. O Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro encaminhou carta ao Ministro Capanema referindo-se ao Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, o qual estabelecia que o governo, em todos os seus níveis, só poderia contratar, para serviços de engenharia, arquitetura e agrimensura, profissionais diplomados pelas escolas oficiais ou equiparadas do próprio país e que a Constituição de 1934 vedava aos estrangeiros o exercício de profissões liberais no país. Em telegrama de 25 de julho, Capanema informava ao Dr. Sampaio Lacerda que Piacentini havia sido “convidado a visitar o nosso país para expor- nos os trabalhos que realizou ao projectar

a Cidade Universitária de Roma, oferecendo assim, dados e sugestões para iniciativa a ser levada a efeito, com os mais altos propósitos do Governo Brasileiro.” Vê-se, facilmente, que esta justificativa de Capanema, na verdade, ocultava as suas reais intenções em relação aos serviços profissionais do arquiteto, já expressas desde os primeiros contatos, junto a Embaixada Brasileira em Roma, através de Macedo Soares.

O arquiteto Marcello Piacentini chegou ao Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1935, expondo suas idéias e experiências, já no mesmo dia, à Comissão de Professores. Após visitar as diversas áreas cogitadas, Piacentini considerou ser a Praia Vermelha, no bairro da Urca, o local ideal para receber a Cidade Universitária, embora ressaltando a insuficiência de seu terreno. Voltou à Itália em 24 do mesmo mês, com o compromisso de retornar ao Brasil em outubro. Considerando que o bairro da Urca, já durante muitos anos, era visto como “naturalmente destinado” a receber a Universidade Pedro II, a indicação de Piacentini não trouxe maiores inovações. Era este local, inclusive, o preferido pelo próprio Capanema. Além de Piacentini, o engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro, em maio de 1935, já afirmava que a Praia Vermelha seria o local mais indicado “pela tendência histórica, pelas vastas áreas disponíveis para a instalação dos prédios escolares, campos de esportes, pavilhões de estudantes, bibliotecas, pelo seu isolamento natural, pelas proximidades do Centro e pela facilidade de comunicação”. (MELLO JR., 1985). Considerando-se que a região preferida apresentava alguns inconvenientes, sobretudo aqueles referentes à exigüidade do terreno e altos custos com desapropriações, foi sugerida, como segunda possibilidade de localização, a área próxima à Quinta da Boa Vista.

Para contrapor-se à reação negativa junto aos profissionais de engenharia e arquitetura, quanto à vinda de Piacentini, Capanema constituiu uma Comissão de Arquitetos e Engenheiros brasileiros que deveria dar forma final ao projeto proposto pelo arquiteto italiano. Esta comissão, que deveria trabalhar em consonância com a Comissão de Professores, tomou a iniciativa de sugerir a vinda ao Brasil do arquiteto francês Le Corbusier, grande influenciador de arquitetos brasileiros, como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Após diversas análises, a Comissão de Estudos do Plano da Universidade reconheceu que o local mais adequado à construção seria aquele compreendido pelas áreas próximas à Quinta da Boa Vista.

As características do terreno da Quinta, que a colocariam em posição privilegiada em relação à Praia Vermelha, seriam: a maior extensão da área; a economia no custo de aquisição e de preparação do terreno, quase todo já pertencente à União; a facilidade

de execução do trabalho, por estar quase todo o terreno livre; a posição em relação à cidade, já que a região era quase o baricentro da metrópole; e facilidades de vida mais barata para os estudantes pela comunicação com os subúrbios, já que haveria uma estação ferroviária no interior da Cidade Universitária. (CAMPOS,1940)

Em 02 de junho de 1936, o Ministro Gustavo Capanema apresentou sua Exposição de Motivos ao Presidente da República, Getúlio Vargas, a fim de obter autorização para os trabalhos iniciais da construção da Cidade Universitária, o que se deu em 16 de junho do mesmo ano. Procurou, sobretudo, fundamentar a necessidade da autorização para a vinda de arquitetos como Piacentini e Le Corbusier, o que possibilitaria maiores conhecimentos à nossa arquitetura e engenharia. Ainda aqui o padrão civilizatório europeu influenciava o Estado brasileiro, que procurava expressar na arquitetura os valores da civilidade e, sobretudo, da modernidade.

Há que se observar, no entanto, que “dado o clima político da época, é óbvio que o confronto entre as duas comissões (Professores e Arquitetos e Engenheiros), que se reflete no convite duplo a Piacentini e a Le Corbusier, não era somente em função das diferenças estilísticas entre os dois arquitetos – o italiano com um estilo tradicional, monumental e pesado, o francês revolucionando a arquitetura moderna em tantos aspectos, em sua busca de formas puras e funcionais. Havia um componente profissional, já que Le Corbusier mantinha contatos com o grupo de arquitetos brasileiros, liderados por Lúcio Costa; e um componente ideológico inegável, dada a dificuldade de separar a arquitetura italiana daqueles anos do fascismo.” (SCHWARTZMAN,2000)

Não foi fácil conseguir a permissão para a vinda de Le Corbusier já que, no ano anterior, Piacentini aqui estivera, retornando à Itália com compromissos firmados junto ao Ministro Capanema. Entretanto, o Ministro, pelas suas relações próximas a Lúcio Costa (que participava dos projetos para a construção do Palácio da Cultura, sede do Ministério da Educação e Saúde e era Diretor da Escola de Belas Artes), acabou por levá-lo à presença do Presidente que, “entre divertido e perplexo diante de tanta obstinação, acabou por concordar, como se cedesse a um capricho” (MALHANO, 2002). Le Corbusier chegou ao Brasil em 13 de julho de 1936. Sua vinda também esteve ligada à construção do plano do edifício destinado a sediar o Ministério da Educação e Saúde. Suas conferências, orientações e contatos com arquitetos admiradores de seus trabalhos foram bastante produtivos. Entre eles estava

Jorge Mach vado Moreira que, anos mais tarde, tornar-se-ia o arquiteto responsável pela construção dos prédios da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. Foram diversos os encontros e apresentações entre Le Corbusier e as Comissões de Arquitetos e Professores da Universidade.

Após diversas análises, o arquiteto francês emite parecer sobre a construção da Cidade Universitária nos terrenos próximos à Quinta da Boa Vista:

o terreno ocupa um dos anéis do estreito vale de aluviões que desemboca no rio, entre montanhas muito íngremes. A parte central está, pois, atravessada pela totalidade de circulações ferroviárias e rodoviárias que se fundem no interior do Brasil. O primeiro trabalho, portanto, consistiu em encontrar uma solução impecável para o grande tráfego e para as conexões com a própria cidade universitária: trens que levam aos subúrbios, automóveis, caminhões. Uma ampla plataforma de distribuição, rede de rotas (carros e pedestres) de distribuição geral da cidade. A conexão com o antigo parque imperial; o respeito à vegetação existente foram considerados. A busca do eixo dos edifícios no centro da ampla paisagem (através do vale, permitindo às montanhas surgirem por todos os lados”.

Não foi possível o diálogo entre o arquiteto e a Comissão do Plano da Universidade, composta pelos professores, a despeito de todas as tentativas e explicações de projetos para a construção do campus nos terrenos da Quinta da Boa Vista. Alguns destes projetos podem ser encontrados em arquivos do atual Escritório Técnico da UFRJ (ETU). Foram criticados pela Comissão de professores o sistema de viadutos previsto, a necessidade de instalação de aparelhos de ar condicionado em todos os edifícios, a construção destes sobre pilares, além da criação, no projeto, de institutos não previstos, no plano da universidade. Finalizando o parecer, acrescentou a comissão que, por diversas vezes, já havia sido salientado que o problema de composição do organismo universitário era de ordem educativa. Desta forma, as questões de arquitetura estariam em plano inferior, principalmente no que se referisse aos aspectos de doutrina arquitetônica.

Em setembro de 1936, representando o Instituto Central de Arquitetos, Lúcio Costa apresentou projeto para a construção da cidade universitária sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas. Para tal, não seriam necessários aterros, já que os edifícios seriam suspensos sobre estacas, devendo ter a mesma altura standard com jardins suspensos, sendo cada um dos prédios ligado aos outros por meio de pontes. Os jardins suspensos seriam cortados por uma grande avenida aérea que, partindo da rua Humaitá,

atravessaria todo o maciço universitário lacustre.” Assim relatou o arquiteto sobre seu intento:

Ontem propus o seguinte ao Ministro Capanema: ao invés de construir a universidade no terreno escolhido, edificá-la, pura e simplesmente, sobre a água – como uma verdadeira cidade lacustre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, de que talvez você ainda se lembre. Ele olhou-me apreensivo: ‘na água?’ É que as idéias muito puras – isto é, sem ligação com a terra, a terra das soluções usuais – e muito precisas, têm o Dom de escandalizar todo mundo. Você o sabe melhor que nós. Expliquei-lhe, mais uma vez, seus projetos de urbanização contemporânea, mostrando que seria a coisa mais fácil do mundo colocar tudo isso sobre a água, onde os pilotis e viadutos estariam completamente à vontade, e também que os imensos jardins, nas coberturas dos prédios protegidos do sol por grandes marquises, serviriam maravilhosamente para passeios nos intervalos das aulas, que faríamos, para o lazer dos estudantes e em contraste com a pureza da arquitetura, ilhas, onde a exuberância da vegetação tropical poderia espalhar-se livremente – tudo ligado por viadutos e pontes e naturalmente delimitado pelas bordas da lagoa, além do quadro magnífico das montanhas, do céu, do sol, das águas – enfim, algo de único no mundo e com uma potencialidade lírica digna de você.

O Ministro citou-me Veneza – mostrei a ele que seria precisamente o oposto de Veneza e seus corredores aquáticos, pois aqui a superfície não seria interrompida, prolongando-se, antes, sob as edificações (de resto, a lagoa tem quase 3 milhões de metros quadrados para os 10.000 m² previstos para a construção).

Foi ver o lugar comigo esta tarde. A inteligência muito lúcida do Ministro Capanema parece-me inclinada a aceitar, em princípio, a idéia. Teme apenas o escândalo da imprensa, a reação da opinião pública, pouco preparada para aceitar sem gritar propostas tão pouco convenientes.”

O Escritório do Plano da Universidade, alegando dificuldades técnicas e o alto custo necessário para tal construção, rejeitou a proposta de Lúcio Costa. Obviamente, o ineditismo da proposta causou surpresa. Uma das objeções referia-se à péssima qualidade do fundo da Lagoa para fundações, que iriam a 30 metros.

Ainda neste mesmo mês de setembro de 1936, Capanema designou comissões para que definissem a localização, face às indecisões entre a Praia Vermelha e a Quinta da Boa Vista. Para a primeira, foram considerados os custos com: aterros,

transferências, construções, desapropriações de propriedades particulares do bairro, remoções e demolições. Para os terrenos próximos à Quinta da Boa Vista, foram considerados: os custos com construção de um túnel; o desmonte do morro dos Telégrafos; as remoções de imóveis municipais e federais; e as desapropriações e remoções de favela. Sobre esta área, a despeito da sua superioridade em extensão territorial, foram muito consideradas as dificuldades com as desapropriações de imóveis federais, a topografia irregular e, sobretudo, a malha ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil. Quanto à Praia Vermelha, pesavam, negativamente, a escassez do terreno e o alto custo das desapropriações.

Os estudos implementados pela comissão concluíram que ambos os locais estariam aptos a sediarem a cidade universitária, conforme também já havia sido assinalado por Piacentini. Para tal, seriam gastos, aproximadamente, 41.000 contos com desapropriações na Praia Vermelha, contra 18.000 na Quinta. Além deste aspecto, a área disponível na Quinta era de 2.300.000 metros quadrados, contra 1.300.000 da Praia Vermelha. Acrescente que o preparo de terreno, na primeira, giraria em torno de 55.000 contos, e de 85.000 a 95.000 contos, na segunda. Após estes levantamentos, a Comissão optou pela construção nos terrenos da Quinta da Boa Vista: “Fazendo um balanço geral das vantagens e desvantagens peculiares a cada um dos dois pontos indicados a Comissão Especial inclinou-se para a solução dos terrenos anexados à Quinta da Boa Vista , atendendo sobretudo às condições práticas de execução, naquele local, do programa construtivo elaborado. (...) São nossos votos, porém, que estas realizações se efetivem dentro do mais breve prazo possível.” (CAMPOS,1940)

Após a definição do local, foi instituída nova Comissão, formada por engenheiros e arquitetos, a qual caberia a elaboração dos projetos e orçamentos relativos à construção. Também foram designados juristas que encarregar-se-iam dos estudos legais sobre a questão de desapropriações das áreas e imóveis. A subcomissão do Escritório do Plano da Universidade passou a elaborar uma série de programas para a construção, distribuídos em diversas fases. Na primeira fase, estariam sendo providenciados os estudos e projetos para as construções dos seguintes prédios: Escola de Filosofia, Ciências e Letras; Escola de Educação; Instituto de Psicologia Experimental; Instituto de Fonética; Escola de Direito; Escola de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas; Escola de Medicina; Escola de Farmácia; Escola de Odontologia; Escola de Saúde Pública; Escola de Enfermagem; Instituto das Ciências

da Individualidade; Escola de Engenharia; Escola de Química; Instituto de Física; Escola de Arquitetura; Escola de Belas Artes; Escola de Música; Edifício da Reitoria; Edifícios da Biblioteca e da Imprensa Universitária; e, finalmente, dos Clubes e do Diretório Central dos Estudantes.

Após o retorno de Le Corbusier, Lúcio Costa e sua equipe apresentaram, em 1937, anteprojeto para a construção, ainda na Quinta:

Primeiro, um conjunto de edifícios de caráter monumental, ricos de expressão plástica; a seguir, entre a Quinta e o morro, em cadência, as escolas, e, fechando a composição, a massa imponente do hospital. (...) Diante de um partido tão simples, poder-se-ia recear certa monotonia. Tal não se dá, porque, sem embargo da uniformidade do conjunto – e na paisagem atormentada do Rio a maior sobriedade plástica, com o predomínio do horizontal, se impõe – a variedade de impressões para quem percorre a Universidade desde o pórtico até o hospital, é grande. (...) A esquina da av. Maracanã com a rua Derby é, evidentemente, mesquinha para dar acesso à Cidade Universitária. Torna-se necessário criar ali uma grande praça, ao fundo da qual será então erguido o pórtico de grandes proporções e singeleza, marcado apenas por um figura de caráter monumental. Já nos foi perguntado que significa tal figura. Pode significar qualquer coisa – desde todo o Brasil até “um homem”, simplesmente

– é-nos completamente indiferente e se entrarmos nestes detalhes é porque ilustram as considerações acima expostas: o que nos interessa como arquitetos é que naquele ponto – precisamente naquele ponto e não em outro qualquer – existe determinado volume marcando a entrada (...) e esta figura não está ali apenas para enfeitar, como um simples objeto, mas porque não se pode dela prescindir. Vencido o pórtico, estamos na grande praça onde sobressaem o edifício da Reitoria e a Biblioteca, e o grande Auditório de Le Corbusier e P. Jeanneret, vendo-se no último plano a horizontal das primeiras escolas. A impressão de serenidade e grandeza que se tem revela, ainda aqui, a presença da arquitetura. Obedece o projeto à técnica contemporânea, por sua própria natureza eminentemente internacional – poderá no entanto adquirir, naturalmente, graças às particularidades de planta, como as galerias abertas, os pátios etc., à escolha dos materiais a empregar e respectivo acabamento (muros de alvenaria de pedra rústica, placas lisas de gnaiss, azulejos sob os pilotis, caiação ou pintura adequada sobre o concreto aparente, etc) e graças, finalmente, ao emprego da vegetação apropriada – um caráter local inconfundível, cuja simplicidade,

derramada e despreziosa, muito deve aos bons princípios das velhas construções que nos são familiares.”

A proposta de Lúcio Costa e de sua equipe foi, novamente, recusada pelas comissões. Já se observava que, diante da estrutura montada em diversas comissões, o empreendimento poderia não se concretizar. Havia comissões diferentes tratando do mesmo assunto. Estavam no ar e na prancheta diferentes ideologias. As diferentes idéias refletiam, aí, os interesses de grupos que se confrontavam. O modelo de universidade a criar-se e a escolha definitiva do local a construir-se a sua cidade universitária, também se colocavam como um ato político e ideológico e, assim, revelavam relações de forças definidas, medidas e reguladas pela pressão dos grupos envolvidos no empreendimento.

Desapontado e revoltado com a nova recusa, em carta enviada ao ministro Capanema, em setembro de 1937, desabafou Lúcio Costa:

Agora que tudo já parece bem “arrumado”, venho lhe dizer o quanto dói ver uma idéia alta e pura como essa da criação da Cidade Universitária, tomar corpo e se desenvolver assim desse jeito. Quando, há dias, tomei conhecimento do relatório e verifiquei que tudo não passava de pura mistificação, quis exigir um inquérito, protestar, gritar contra tamanha injustiça e tanta má fé. Logo compreendi, porém, a inutilidade de qualquer reação e que, quando muito iria servir mais uma vez de divertimento à maldade treinada dos “medalhões”. Não vejo, portanto, Dr. Capanema, neste meu alheamento, a aceitação das críticas absurdas que o relatório contém, nem a intenção, em outras circunstâncias louvável, de querer evitar maiores embaraços à sua ação, mas, tão-somente, a certeza – desamparado como me sentia – de que tudo seria vão. E o mais triste é que enquanto se perseverar, durante anos e anos, na construção dessa coisa errada, estará dormindo em qualquer prateleira de arquiteto a solução “verdadeira” – a coisa certa.” (CHAVES, 2002)

A 5 de julho de 1937, a partir da Lei nº 452, nasceu, oficialmente, a Universidade do Brasil, criada a partir de transformações na Universidade do Rio de Janeiro. Seria composta de 15 escolas e Faculdades , além de 16

Institutos colaboradores, que deveriam estar reunidos em um mesmo lugar, mais precisamente nas áreas da Quinta da Boa Vista, com cerca de dois milhões e trezentos mil metros quadrados. Em sua Cidade Universitária, estariam também presentes a Reitoria, a Biblioteca, o Auditório, bem como as áreas destinadas à Educação Física (incluindo um estádio e piscinas), além da área residencial para funcionários e o

equivalente a um décimo do corpo discente. Os jardins da Quinta seriam incorporados à Universidade.

A mesma Lei, em seu artigo 15 do Capítulo IV – Da edificação progressiva da Universidade do Brasil também instituiu a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, composta por professores catedráticos e outros técnicos. Caberia a esta comissão a superintendência da elaboração dos programas, a organização dos projetos e a execução das obras necessárias à edificação dos prédios da Universidade. Tais projetos, dispunha a Lei, deveriam ser feitos por engenheiros civis, arquitetos e urbanistas brasileiros.

Em outubro de 1937, já às vésperas do golpe que instituiu o Estado Novo, Capanema extinguiu a comissão de engenheiros e arquitetos. Retomou, a partir daí, contatos com Marcello Piacentini, solicitando a elaboração final do projeto para a construção da Cidade Universitária na Quinta da Boa Vista. Piacentini, impedido de retornar ao Brasil, recomendou a Capanema o arquiteto Vittorio Morpurgo, que aqui chegou em fins de 1937. Deveria ele rever os projetos já apresentandos ou em andamento, elaborando os planos finais da Cidade Universitária. Previu o arquiteto italiano, em seu anteprojeto, que a Praça da Reitoria seria grandiosa, medindo 225 x 160 metros, em torno da qual estariam organizados, além do Palácio da Reitoria, os edifícios das Faculdades de Ciências e Letras, constituindo o centro urbanístico fundamental da Cidade Universitária. Haveria também um Estádio Olímpico, com capacidade para cinquenta mil espectadores, podendo chegar a setenta mil. Já na parte mais alta do Morro do Telégrafo, seria construído um observatório astronômico.

No entanto, ainda voltaram à tona as discussões para que novos estudos de localizações fossem reiniciados. Referindo-se à Lei 452, de 5 de julho de 1937, que instituiu a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, definindo o local para a construção na Quinta da Boa Vista, o Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil colocou-se contrário à localização, alegando que tal escolha restringiria as possibilidades de ampliação do principal tronco da malha ferroviária, já deficiente naquela época. Também se pronunciou contrário à localização o Ministério da Viação e Obras Públicas, que considerou tecnicamente desaconselhável o deslocamento das subestações transformadoras e das oficinas da Via Permanente da Estrada de Ferro. Grandes também foram considerados os gastos necessários à construção de novas sedes para todos os órgãos públicos federais, municipais, civis e militares, que teriam seu deslocamento forçado pela grande obra. Além do mais, seriam

necessárias desapropriações de mais de mil famílias (“378 residências particulares e 883 barracões de famílias pobres”).

Diante dos fatos sucedidos, Victorio Mopurgo retorna à Itália e Piacentini demonstra, em carta ao ministro, grande insatisfação com a demora e com a sucessão de contratempos.

Foram, assim, reiniciados novos estudos para a definição da escolha do local a ser destinado o campus da Universidade do Brasil. Foram reconsiderados os terrenos da própria Quinta, Gávea, Piedade, Niterói, Manguinhos, Jacarepaguá e, agora também, Vila Valqueire, bairro do subúrbio carioca próximo à região Militar do campo dos Afonsos, que ainda não fora cogitado anteriormente. Manguinhos e Vila Valqueire passaram a ser considerados como áreas tecnicamente mais adequadas. No entanto, a Comissão do Plano da Universidade, após análises de todos os pareceres, continuou optando pela construção na área da Quinta da Boa Vista.

Em 1943, o Ministro Capanema dirigiu-se ao Presidente da República, através de mais uma Exposição de Motivos. Afirmando que nenhum dos locais indicados atendiam satisfatoriamente aos seus objetivos, somente as áreas próximas a Manguinhos e Vila Valqueire poderiam comportar a cidade universitária, sendo que, a primeira, perderia para a segunda em função de serem necessários trabalhos especializados de aterramento com aparelhagem mecânica difícil de conseguir-se. É conveniente ressaltarmos que, nesse período, o mundo passava pela II Grande Guerra e as importações de bens de capital foram severamente restringidas. Na capital brasileira, estavam em andamento as obras para a construção da Avenida Brasil, principal artéria que ligaria as áreas centrais da cidade aos subúrbios, bem como permitiria o melhor fluxo de mercadorias para as estradas que ligavam o Rio de Janeiro a São Paulo e à Região Serrana do Estado do Rio. Projetos de urbanização remodelavam o espaço, sobretudo nas áreas centrais da cidade. Ampliando e procurando modernizar o centro da cidade, a Avenida Presidente Vargas traria profundas transformações ao espaço, expulsando parcela significativa da população pobre da Praça Onze e do Estácio, que se dirigiam para os subúrbios ou para as favelas.

Em março de 1944, Capanema enviou nova Exposição de Motivos à Presidência da República, sugerindo novas alterações na organização e composição das estruturas definidoras da construção da Cidade Universitária. Propunha que :“I) fosse organizado, sob direta dependência do DASP, um escritório especial para assumir o encargo de plena realização dos projetos de construção da Cidade Universitária; II) junto a esse

escritório funcionasse uma delegação do Ministério da Educação e Saúde para apresentação de dados e estudos de natureza propriamente universitária; e III) fosse consignada dotação apropriada no orçamento de 1945 para atender às despesas.

A 8 de junho de 1944, o Decreto 6.574, dispondo sobre a localização da Cidade Universitária, declarou de utilidade pública os prédios e terrenos da área de Vila Valqueire, local agora escolhido para o empreendimento. Estava revogado o artigo 10, parágrafo único, da Lei 452, de 5 de julho de 1937. A 21 de junho, o Ministro da Fazenda opinou pelo adiamento das obras, em virtude dos pesados encargos do Tesouro, a necessidade premente de combater-se a inflação em tempos de guerra, bem como ao fato de “serem altamente antieconômicos todos os investimentos realizados nesta fase.”

Gustavo Capanema não conseguiu iniciar os trabalhos de construção da cidade universitária, talvez seu maior desafio durante o tempo em que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde. Não conseguiu superar a burocracia estatal, as dificuldades econômicas decorrentes da Guerra, bem como – e talvez, principalmente – as reações provenientes dos diversos grupos envolvidos no projeto, sobretudo aquelas decorrentes dos “embates” entre acadêmicos, engenheiros e arquitetos. Por outro lado, não conseguiu encontrar um local que satisfizesse todas as exigências impostas pelas diversas comissões, mas sua contribuição foi fundamental para a longa história de implantação da instituição universitária no país.

Diante de tantas dificuldades, expressas na Exposição de Motivos de Capanema a Vargas, em 30 de dezembro de 1944, foi assinado o Decreto 7.217, que extinguiu, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão do Plano da Universidade do Brasil e criava, na Divisão de Edifícios Públicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (ETUB). As decisões, agora, além de técnicas, estariam submetidas diretamente ao Governo. Para a direção do ETUB, foi nomeado o engenheiro civil Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa.

Foram reavaliados pelo diretor todos os estudos já feitos, passando o mesmo a ouvir, novamente, diversas personalidades e autoridades no assunto. Foi aí que ganhou força a opinião de especialistas, representados por Jorge Oscar de Melo Flores, de construir-se, não somente a cidade universitária, como também o próprio terreno que a receberia, já que todos aqueles analisados, até então, mostraram-se inadequados. Para tal, apontou-se uma solução: a unificação de várias ilhas fronteiras à área de

Manguinhos. Foram elas: Catalão, Cabras, Baiacú, Fundão, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Bom Jesus e Sapucaia. Nascia, assim, a idéia de construção da Ilha Universitária. Tal idéia foi reforçada pelas próprias transformações urbanas que se processavam na cidade do Rio de Janeiro. Além da construção da Avenida Brasil, toda a área da Ilha do Governador passava por grandes transformações, principalmente com a construção da Base Aérea do Ministério da Aeronáutica. As reações contrárias foram, novamente, capitaneadas pelo novo Ministro da Educação e Saúde, Ernesto Souza Campos, ex-membro da Comissão de Professores do Plano da Universidade. Mas, a 20 de outubro de 1948, a Lei nº 447, oficializou a escolha insular para receber, finalmente, o campus da Universidade do Brasil.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (2001). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

CAMPOS, Francisco (1940). Educação e Cultura. Rio de Janeiro: José Olympio.

CHAVES, Klauss Alberto (2002). Três Projetos para uma Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ/FAU- UFRJ, Rio de Janeiro), 250p.

MALHANO, Clara Emília Sanches (2002). M. Da materialização à legitimação do passado. Rio de Janeiro: Lucena, FAPERJ.

MELLO JR., Donato (1985). Um campus universitário para a cidade. (Do histórico campus da Praia Vermelha à ilha universitária da UFRJ: a busca de um corpo para alojar a alma da universidade-mater brasileira). Arquitetura Revista FAU/UFRJ, v.2

PILLETTI, Nelson (2002). História da Educação no Brasil. São Paulo: Ática.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena M.B., COSTA, Vanda M.R. (2000) Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: FGV/Paz e Terra.

Fontes primárias:

Arquivo Gustavo Capanema - Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).